

# O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E O CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

## THE EDUCATION DEPARTMENT AND THE EDUCATION SCIENCE CENTER: CONTRIBUTIONS TO THE CREATION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PIAUÍ (UFPI)

Raimundo Nonato de Sousa Neto<sup>1</sup>

Universidade Federal do Piauí – UFPI



Faculdade de  
Educação

Faced | Ufam

### Resumo

O horizonte deste estudo são os indícios e vestígios presentes em fontes documentais e bibliográficas relacionados à história e memória da criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Departamento de Educação (DE) e a sua transição para Centro de Ciências da Educação (CCE). Com recorte temporal entre 1968, ano que marca a instituição da Lei 5.528/68, fundando a UFPI, até 1975, quando foi implantado o CCE por meio da Resolução n.º 10/75. O objetivo do presente texto consiste em cotejar e discutir a história e memória atrelada à criação da UFPI, do DE e do CCE. Com base em fontes documentais e bibliográficas busca-se responder as seguintes indagações: Como se deu o processo de criação da UFPI? Como ocorreu a concepção do DE? Como aconteceu a transição do DE para CCE? Portanto, faz-se salutar o resgate da história e memória atrelada à formalização da primeira Universidade do Piauí, levando em consideração a construção do DE, posteriormente a sua transição para CCE, principal lócus da formação docente no Estado.

**Palavras-chave:** Departamento de Educação; Centro de Ciências da Educação; Universidade Federal do Piauí.

### Abstract

The horizon of this study is the evidence and traces present in documentary and bibliographic sources related to the history and memory

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED da Universidade Federal do Piauí - UFPI (2017-2019). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2011-2015). Pesquisador na área da História e Memória da Educação e participante do grupo de pesquisa ou núcleo de estudos científicos: Núcleo de Educação, História e Memória da Educação - NEHME pertencente ao PPGED - UFPI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9986-1163>. E-mail: [nettosousa08@gmail.com](mailto:nettosousa08@gmail.com).



of the creation of the Federal University of Piauí (UFPI) and the Department of Education (DE) and its transition to the Center for Educational Sciences (CCE). With a time frame between 1968, the year that marks the institution of Law 5.528 / 68, founding UFPI, until 1975, when the CCE was implemented through Resolution No. 10/75. The purpose of this text is to compare and discuss the history and memory linked to the creation of UFPI, DE and CCE. Based on documentary and bibliographic sources, we seek to answer the following questions: How did the process of creating UFPI go? How did the conception of DE occur? How did the transition from DE to CCE happen? Therefore, the rescue of history and memory linked to the formalization of the first University of Piauí, taking into account the construction of the DE, after its transition to CCE, the main locus of teacher training in the State, is salutary.

**Keywords:** Department of Education; Educational Sciences Center; Federal University of Piauí.

## INTRODUÇÃO

### Histórico da criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

A concepção da UFPI passa por três questões principais, a primeira ligada ao empenho da classe política e alta sociedade no propósito de fazer existir verdadeiramente uma instituição de ensino universitário para atender a demanda de sua própria composição, pois naquele contexto somente a elite possuía condições financeiras para manter os estudos de seus entes em caráter de grau superior.

Evidentemente, a classe social de maior destaque, quantitativamente falando, que frequentava o ensino superior, eram as famílias de poder aquisitivo elevado e conseqüentemente possuíam fortes influências nas questões políticas desenvolvidas na sociedade piauiense.

A segunda questão estava no fato de que no Piauí não existiam condições econômicas, estruturais e sociais para a concepção de uma universidade pública, fomentando assim de início somente a existência de algumas faculdades isoladas particulares que em sua grande maioria eram pagas e atendiam exclusivamente ao topo da sociedade, pois se configuravam os únicos com capacidade financeira de arcarem com os altos custos existentes





para entrada, manutenção e conclusão dos estudos referentes ao ensino superior.

A terceira questão relaciona-se ao empenho da classe estudantil existente no contexto da sociedade na capital Teresina. Muitos dos estudantes de nível superior que frequentavam as poucas faculdades isoladas existentes na cidade envolviam-se fortemente no movimento estudantil e por meio de sua atuação influenciavam muitas questões sociais existentes no estado do Piauí.

Evidente que esses estudantes faziam parte da alta sociedade e de alguma forma possuíam influências consideráveis sobre a classe política piauiense, pois muitos eram filhos(as) dos homens que ocupavam as mais altas posições políticas existentes no estado e na capital.

Por esse motivo os estudantes possuíam muita influência no caráter de iniciativas para a efetivação e desenvolvimento de questões atreladas aos seus interesses e conseqüentemente as preocupações das classes mais abastadas financeiramente, sendo as dominadoras dos principais cargos políticos existentes no estado.

De acordo com informações da Prof. Dra. Guiomar de Oliveira Passos, em sua tese de doutorado intitulada: *A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascerça: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense* defendida na Universidade de Brasília em janeiro de 2003, a luta pela criação de uma Universidade no Piauí é iniciada em outubro de 1963 pela União Estadual dos Estudantes, então sob a presidência do estudante de Odontologia Oston Teixeira Diniz.

Como afirma Passos (2003), a luta pela criação da Universidade no Piauí tem início com a publicação pela União Estadual dos Estudantes do brado *O PIAUÍ EXIGE A CRIAÇÃO DE SUA UNIVERSIDADE* por vários dias, na coluna *Retalhos Universitários*, que o jornal *O Dia* reservava para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito.

Conforme menciona Passos (2003), de acordo com as informações de um dos membros da diretoria da União Estadual dos





Estudantes (1º Orador) e ex-presidente do Diretório Acadêmico de Direito, Luiz Gonzaga Viana, a luta consistia, fundamentalmente, na veiculação da ideia de criar uma Universidade no Piauí, através da imprensa; de realizar pressão junto ao poder executivo e aos parlamentares federais, deputados e senadores e da propagação da bandeira em todas as ocasiões públicas, aproveitando o prestígio de que gozavam na sociedade local, pois em sua grande maioria eram filhos desses mesmos políticos e pertencentes às mais abastadas classes, com grande poder econômico e social, assim, seus anseios e clamores influenciavam consideravelmente toda a alta sociedade piauiense.

De acordo com Passos (2003), nessas ocasiões, os estudantes e também filhos de políticos obtinham no entusiasmo popular e no apoio dos professores o incentivo e reforço à luta. Muitos professores das faculdades isoladas existentes no Estado, dentre eles o Prof. Wilson Brandão, Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, foram arautos dessa bandeira e se engajaram plenamente no movimento de reivindicação da Universidade no Piauí.

É interessante também destacar, de acordo com Passos (2003), que os estudantes universitários, apesar do número reduzido, totalizando apenas 431 no ano de 1964, ocupavam posição estratégica por sua mobilidade e capacidade de intervenção, tendo completamente grande ativismo, com os Diretórios Acadêmicos congregados à União Estadual dos Estudantes e esta, por seu turno, bastante articulada à União Nacional dos Estudantes (UNE).

Entretanto, as atuações dos diretórios organizados e comandados por esses estudantes, na luta pela Universidade no Piauí, reduziam-se a publicações em colunas nos jornais que circulavam no Estado, pois ainda em 1963, possuíam livre direito de expressão de seus anseios por meio da imprensa local.

Além disso, essa luta estava relacionada intimamente com as posições sociais que esses ocupavam, e que queriam manter a qualquer custo, pois como faziam parte da elite piauiense, esses





desfrutavam dos prestígios conseguidos pelo título de estudante universitário, algo muito importante naquele contexto histórico e social.

Mas é muito peculiar que no âmbito dessas ações de clamores pela implantação da Universidade no Piauí não buscavam envolver plenamente as classes desfavorecidas, que não podiam desfrutar dos benefícios oriundos da formação educacional superior e que ficavam à margem dessa oportunidade de realizarem seus estudos avançados.

Logo assim, reafirmando o que foi mencionado anteriormente, convém acrescentar, de acordo com Passos (2003), que a penetração na sociedade local e a visibilidade de suas ações, pelo menos em relação à luta pela criação da Universidade, vinham, contudo, mais da posição de classe e do destaque conferido pela raridade do título de estudante universitário do que da pujança de suas ações.

As ações empreendidas não envolviam setores populares nem buscavam a mobilização do conjunto dos estudantes, elas restringiam-se a manifestações através dos canais instituídos, especialmente das colunas dos jornais locais a elas destinadas, como a *Retalhos Universitários*, iniciada em setembro de 1963 sob a responsabilidade do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito; a *Coluna Universitária*, da União Estadual dos Estudantes que começou a circular em janeiro de 1964.

Convém acrescentar, conforme Passos (2003), que os estudantes se atinham, nas colunas *Retalhos Universitários* e *Coluna Universitária*, para as questões locais e, mais especificamente, para os assuntos estudantis com destaque para os eventos culturais, de lazer e aos acontecimentos sociais.

Pelo menos em relação à luta pela criação de uma Universidade no Piauí, isso não impediu que seu brado ecoasse, imediatamente, entre as autoridades políticas, culturais e educacionais do Estado.





Como também, aponta Passos (2003), o que comprovou essa repercussão foi o anúncio da criação do Comitê Pró-Universidade do Piauí, bem como a adesão e o apoio, através de artigos publicados nos jornais da cidade, dos professores da Faculdade de Direito, Simplício de Sousa Mendes, Desembargador e Presidente da Academia Piauiense de Letras e Raimundo Nonato Monteiro de Santana, Presidente da CODESE além do Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Prof. Wilson Brandão, que assumiu a presidência do Comitê.

Levando em consideração o que diz Passos (2003), os jornais locais também dão apoio ao movimento. O jornal *Folha da Manhã* proclama ser esse o assunto mais importante do momento, merecendo *o apoio decisivo e a participação efetiva de todos os piauienses*.

Nesse sentido, passa a publicar depoimentos de várias autoridades educacionais, tais como: Paulo da Silva Ferraz – Secretário de Estado da Educação; Clemente Fortes – Diretor da Faculdade Católica de Filosofia; além dos pronunciamentos já veiculados dos Prof. Wilson Brandão e do Des. Simplício de Sousa Mendes.

Faz-se acrescentar, conforme Passos (2003), que o Movimento Pró-Universidade do Piauí contou ainda com o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE), através de telegramas ao Presidente da República, ao Governador Petrônio Portela e ao Ministro da Educação e Cultura pedindo a criação de uma Universidade Federal no Piauí.

Além de anunciar a presença de vários de seus diretores e de outras Uniões Estaduais de Estudantes, na *Semana em prol da Universidade Federal* a ser realizada em fevereiro de 1964 pela representação dos estudantes piauienses.

De acordo com Passos (2003), em 10 de janeiro de 1964, o Governo Petrônio Portella aprova na Assembleia Legislativa a Lei nº 2.567, que o autorizava a organizar, em Fundação, a Universidade do Piauí, a U. E. P. (Diário Oficial do Estado 11.1.64). Os estudantes





e os que atenderam aos seus apelos compreenderam a iniciativa como um apoio, um estímulo, que ratificava o entendimento sobre as condições existentes no Piauí para criar a universidade e comprovava a ressonância de seu brado, da sua voz.

Conforme aponta Passos (2003), a forma de luta era adequada para uma realidade em que, dada a pequena diferenciação de funções, eram curtas as cadeias que ligavam os indivíduos entre si: o estudante do ensino superior era membro da elite local, articulista de jornais locais, muitas vezes, integrante do ciclo de amizade ou familiar dos professores universitários que, às vezes, eram membros do governo ou integrantes do judiciário, figuras proeminentes da cultura local; ligados por laços de amizade ou fidelidade política ao governador ou a seu grupo político.

Como assinala Passos (2003) em 31 de março de 1964, o jornal *Folha da Manhã* noticiava a autorização do Presidente João Goulart para o Ministério da Educação incluir, no convênio a ser celebrado com o Estado do Piauí, os recursos necessários à implantação da Universidade e a preparar mensagem ao Congresso com esse objetivo.

Para os estudantes, isso foi motivo de alegria, mas, sintonizados com o clima de instabilidade política reinante, não acreditaram nas possibilidades de êxito daquela mensagem. Como a criação da Universidade do Piauí, a U. E. P, foi mais uma iniciativa a ficar no papel; se apenas era uma promessa, o Golpe Militar de 1 de abril de 1964 não permitiu pôr à prova.

Também segundo Passos (2003), esse acontecimento alteraria a participação da sociedade civil e dos estudantes na luta pela criação da Universidade. A dissolução das diretorias das entidades estudantis e a prisão de algumas lideranças arrefeceriam o movimento.

O Comitê Pró-Universidade do Piauí também é dissolvido e as autoridades políticas e educacionais calam-se até maio de 1965. Nesse ano, no ensejo da primeira visita do Presidente Castelo Branco ao Piauí, registra-se: pronunciamento do Deputado Federal





Ezequias Costa, da UDN, na Câmara Federal, cobrando da Revolução que ele e o povo piauiense, de tradicional índole democrática, ajudaram a vencer, a Universidade para o Piauí e entrega, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, Prof. José Camilo da Silveira Filho, de um Memorial assinado pelos Diretores das Faculdades Isoladas existentes, pedindo a criação de uma Universidade no Estado.

De acordo com Passos (2003), nova tramitação seria reiniciada, em junho de 1967, no Conselho Federal de Educação com o Aviso Ministerial nº 347, reunindo os processos existentes desde 1965.

Em 4 de julho de 1968, é aprovado o Parecer n.º 457/68 do relator Prof. Raymundo Moniz de Aragão, elaborado com base no relatório do Prof. Gilberto de Oliveira Andrade, um dos membros da segunda Comissão de Verificação, instituída pelo Ministério da Educação para analisar as condições econômicas, sociais e culturais do Estado, tendo em vista a criação da Universidade.

Quatro meses depois de aprovado o parecer, em 12 de novembro de 1968, o Presidente da República, Artur da Costa e Silva assinava a Lei n.º 5.528, criando a Universidade Federal do Piauí. Finalmente, os clamores expressos nas manifestações públicas de apoio aos novos governantes da nação e os apelos feitos em ofícios, audiências, inúmeros artigos de jornal, e através de agrados de toda forma, encontraram eco na administração pública federal (PASSOS, 2003).

Em março de 1970, seis anos depois do golpe militar, foi lançada uma nova coluna estudantil, chamada *O Dia Universitário*, em que os estudantes retornaram a produzir publicações de seus anseios pela instalação da UFPI, mas de forma bem velada e controlada, em virtude das questões que envolviam a censura imposta pela ditadura militar.

Segundo Mendes (2012), em janeiro de 1971, o desembargador Robert Wall de Carvalho foi nomeado reitor pro tempore, para as primeiras providências de instalação da UFPI.





Portanto, de acordo com as informações de Passos (2003), a instalação da Universidade Federal do Piauí só ocorreria em 1º de Março de 1971, últimos dias do Governo João Clímaco D’Almeida. A UFPI, entre o brado dos estudantes e a solenidade de instalação no *Clube dos Diários*, levou oito anos para ser materializada, envolvendo quatro presidentes e três governadores; até entrar em funcionamento, haveria ainda um quarto governador, Alberto Tavares Silva.

Integravam inicialmente a Universidade Federal do Piauí: o Instituto de Ciências Exatas e Naturais; o Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras; a Faculdade de Direito; a Faculdade de Odontologia; a Faculdade de Medicina; e a Faculdade de Administração, em Parnaíba. Essa lei foi resultado de lutas de políticos e de vários segmentos da sociedade que acalentaram um sonho por décadas de se instalar no Piauí uma universidade.

Segundo Mendes (2012), o governador Alberto Silva, que defendia uma Universidade Moderna, acreditava que a UFPI seria uma excelente oportunidade para a execução dos seus projetos de desenvolvimento do Piauí. Foi por isso que utilizou o seu prestígio junto ao Governo Federal para nomear à reitoria o professor Hécio Ulhoa Saraiva, professor PhD em Sociologia, da Universidade de Brasília, o qual tomou posse em 24 de julho de 1971.

Na sua gestão deu início à construção dos primeiros galpões do Campus da Ininga, em Teresina, centralizou serviços acadêmicos, implantou o sistema de créditos nas disciplinas e organizou departamentos e centros.

### **DA CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO À TRANSIÇÃO PARA CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

O reitor Hécio Ulhoa Saraiva, através da Resolução 16 de 05 de outubro de 1971, criou o Departamento de Educação (DE) na UFPI, com a finalidade de ministrar disciplinas afins na área de conhecimentos pedagógicos; elaborar planos de trabalhos e programações anuais do ensino de educação na UFPI; atribuir





encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal docente; colaborar com a implantação da Reforma 5.692/71; planejar e criar cursos de licenciatura de curta e plena duração; coordenar o trabalho docente; designar professores orientadores para auxiliar alunos de graduação na elaboração dos planos de estudos e o constante aperfeiçoamento do pessoal docente. De início, esse departamento estava subordinado diretamente ao reitor.

Segundo a própria Resolução 16/71 o reitor Hécio Ulhoa Saraiva decidiu criar o DE, considerando o caráter prioritário da formação de professores para o ensino de 1º e 2º graus e, sobretudo, em face às novas condições do desenvolvimento da educação no Estado do Piauí, em virtude da Reforma do Ensino, Lei nº 5.692 de 11/08/1971.

Em 04 de janeiro de 1972, ocorreu a primeira reunião preparatória para a estruturação do DE, que estava localizado na Rua 16 de novembro, nº 302, em Teresina capital do estado do Piauí, nessa reunião estiveram presentes o reitor Hécio Ulhoa Saraiva e a comissão designada para estruturação do Departamento: Juracy Mendes Soares, Maria Cristina Oliveira e Iracema Santos Rocha da Silva (como representantes do Departamento) e os professores convidados através da reitoria: Maria Susana Pontes Vasconcelos (Universidade Federal do Ceará), Milton de Oliveira (Universidade Católica de Minas Gerais), Helena Maria Gazzinele Cruz de Oliveira e Guido de Almeida (Universidade Federal de Minas Gerais) e ainda o professor Luiz Ernani Torres da Costa e Silva, representando o Projeto Piauí.

Após as reuniões realizadas do dia 04 a 10 de janeiro de 1972, sendo todas elas documentadas por meio de oito atas escritas de próprio punho, essa comissão sob a presidência de Milton de Oliveira tratou das linhas de ação para estruturação do referido departamento, delineou mais objetivamente as suas finalidades, suas necessidades e seus recursos humanos e econômicos.

Na terceira reunião, a comissão enquanto realizava seus trabalhos recebeu a visita do Sr. Raimundo Wall Ferraz, Secretário





de Estado da Educação e Cultura, que falou da necessidade urgente de professores, aconselhando a implantação dos cursos de formação de licenciados em curta duração, sugerindo que tais cursos fossem ministrados em cidades do interior do estado, onde a carência era mais acentuada, recomendando as cidades de Parnaíba e Floriano por questões da importância e posição geográfica que ocupavam. O Sr. Secretário também expôs de maneira bastante objetiva as experiências educacionais e o mercado de trabalho docente do estado do Piauí.

Na sétima reunião da comissão encarregada de estudar a estruturação do Departamento de Educação da Universidade Federal do Piauí, realizada às 14h30min do dia 7 de janeiro de 1972, a comissão estabeleceu as etapas de implantação do departamento como sendo: 1ª) definição de tarefas de acordo com o pessoal existente; 2ª) levantamento das necessidades e conseqüente treinamento interno de pessoal; 3ª) oferecimento das licenciaturas de conteúdos e 4ª) oferecimento das habilitações em Administração Escolar e Supervisão Escolar.

Essa comissão elaborou documento, entregue ao reitor Hécio Ulhôa Saraiva, propondo oferecimento de cursos de plena e curta duração, seriam estes: Formação Pedagógica das Licenciaturas de Conteúdo e Administração Escolar; e de curta duração Supervisão Escolar e Inspeção Escolar.

A comissão aconselhava que a licenciatura em Inspeção Escolar fosse oferecida em convênio com o Estado. Sugeriu ainda a criação do Centro de Ciências Educacionais (CCE) que seria constituído por dois departamentos, o Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE) e o Departamento de Métodos e Técnicas de Educação (DMTE).

Nesse mesmo documento, foram apresentadas as etapas da implantação do CCE, quais sejam: definir tarefas de acordo com os recursos disponíveis; levantar necessidades e treinamento de pessoal; oferecimento de educação ajustando-se aos princípios e normas legais, bem como a realização de curso de formação





pedagógica das licenciaturas de conteúdo, oferecimento dos cursos de Licenciatura em Administração Escolar e Supervisão Escolar.

Foram também definidos os objetivos do DE, em que esses mesmos estão expressos no documento final do projeto de implantação. Segundo o documento os objetivos principais estabelecidos eram desenvolver o Ensino e a Pesquisa. O desenvolvimento do Ensino se daria: oferecendo disciplinas pedagógicas para as licenciaturas plenas, em períodos regulares e especiais; ministrando cursos de Pedagogia (Administração Escolar) para as escolas de 1º grau, em regimes regular e parcelado; treinando professores para o ensino de 1º grau, em Artes Práticas (curta duração); treinando professores para o ensino profissionalizante de 2º grau (Esquema I e Esquema II); aparelhando o DE com moderno equipamento audiovisual; capacitando os professores através de promoção de cursos de extensão e atualização.

O desenvolvimento da Pesquisa se daria: oferecendo mais condições para o deslocamento de professores para os locais das pesquisas, em diferentes pontos da cidade e do Estado; equipando o departamento com recursos que facilitassem o trabalho do pesquisador; fornecendo bibliografia e outros materiais impressos para o desenvolvimento do trabalho da pesquisa; mantendo os professores atualizados, em suas áreas, e sobre o que se passa em seus campos de pesquisa, pela contínua participação em encontros, congressos, seminários ou quaisquer conclaves que justifiquem a presença e atuação dos mesmos, e que projetasse o nome da Universidade; dando condições aos docentes a prosseguirem nos seus estudos de pós-graduação; possibilitando a publicação de trabalhos de pesquisa.

Segundo informações, desse mesmo documento, as primeiras pessoas que ocuparam os cargos de Chefe e Subchefe do DE, foram duas mulheres, sendo as mesmas designadas pelo reitor Hércio Ulhoa Saraiva, em março de 1972. Foram indicadas as professoras Maria Cristina de Oliveira (Chefe) e Maria Salete





Linhares Figueredo (Subchefe), sendo a primeira uma das representantes e participantes na comissão que criou o próprio departamento, em janeiro daquele mesmo ano. Destaca-se desde então a presença feminina, influente na conjuntura da criação, organização e gestão do DE.

De acordo com a Ata da Primeira Reunião Ordinária da Equipe de Professores do Departamento de Educação da Universidade Federal do Piauí, realizada às 17 horas do dia 17 de fevereiro de 1972, na sede do DE com a participação dos professores: Maria Cecília Mendes, Juraci Mendes, Maria Cristina Oliveira, Maria de Oliveira Lima, Maria Luiza Amorim, Maria Salete Linhares, Etelvina Costa e Iracema Santos Rocha da Silva em que trataram da distribuição das disciplinas e fixação de horários do Curso de Formação Pedagógica das Licenciaturas de Conteúdo, que o Departamento iria oferecer a partir daquele ano de 1972.

Antecipadamente ficou deliberado que o pessoal, ou professores, que contasse com doze horas de regime de trabalho, estaria sujeito a dar o mínimo de quatro horas-aula e o máximo de seis. Quem contasse com regime de trabalho de vinte e quatro horas, deveria dar o mínimo de oito horas-aula e o máximo de dez. Os professores de tempo integral – quarenta e quatro horas – deveriam dar o mínimo de doze horas-aula e o máximo de quinze. O trabalho de planejamento, estudo, pesquisa e organização das aulas, dentro do possível, seria realizado no próprio Departamento de Educação.

De acordo com a deliberação da maioria na Primeira Reunião Ordinária do DE, ficou decidido que o Departamento ofereceria para a Formação Pedagógica das Licenciaturas de Conteúdo, no terceiro ano, as seguintes disciplinas: Psicologia e Estrutura do Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus; no quarto ano: Didática Geral e Didática Especial, Estágio e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus.

Somente a partir do ano de 1973 poderiam ser abertas para opção dos candidatos, Psicologia e Estrutura e Funcionamento do





Ensino de 1º e 2º graus; no segundo ano ficou acertado que as turmas a funcionarem em 1972 seriam formadas por 25 alunos – no máximo – e seria enviada proposta à Faculdade de Filosofia, sobre o assunto, oferecendo-se seis turmas em horários diferentes à escolha dos alunos, com três turmas de Psicologia e três turmas de Estrutura e Formação do Ensino de 1º e 2º graus, para o terceiro ano. A Didática Geral no quarto ano seria ministrada no 1º semestre e a Didática Especial e Estágio ficariam para o 2º semestre. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus teria uma turma no 1º semestre e duas turmas no 2º semestre.

Ficou também acertado na reunião que a professora Maria Cecília Mendes receberia a responsabilidade de Didática Geral, Didática Especial e Estágio, da turma de Letras e completaria suas horas-aula com aulas de Didática Geral. A professora Maria Salete Linhares se responsabilizaria pela Didática Geral da Filosofia e Geografia e a Professora Iracema Santos Rocha da Silva teria a seu cargo a Didática Especial e o Estágio de Filosofia no 2º semestre, caso não realizasse sua viagem ao exterior, se responsabilizaria pela Didática Especial e o Estágio de Geografia. A professora Juraci Mendes, dependendo de entendimento com o reitor, pretendia viajar brevemente para a Guanabara, com a finalidade de obter seu mestrado (tese), na Pontifícia Universidade Católica (PUC).

O público alvo nos três primeiros anos de seu funcionamento eram alunos universitários dos cursos de licenciaturas da UFPI e professores do ensino de 1º e 2º graus das redes oficial e particular. Em estimativa aproximada, o DE possuía um número total de 36 turmas, atendendo público total de 1.110 alunos, com uma carga horária de 1.440 horas-aula por período, sendo 60 horas-aula semanais, isso levando em consideração o aproveitamento de 100% da capacidade de sua instalação física.

Assim, as atividades de aulas obrigatórias, referentes às cargas horárias, eram realizadas dentro do próprio campus e fora se incluía, especificamente, as Práticas de Ensino (Estágio





Supervisionado), que eram realizadas em diversas escolas da comunidade Teresinense.

A comissão chamou veemente atenção para a criação do CCE que deveria empenhar-se no cumprimento de projetos do plano setorial do Ministério da Educação e Cultura (MEC), como também colaborar com o Governo do Estado do Piauí para atender as necessidades do seu sistema educacional.

Por meio de sugestões a comissão também defendia a criação de uma infraestrutura administrativa, composta por: secretariado, biblioteca, serviços de mimeografia e áudio visual etc. Toda essa estrutura mínima possibilitaria o funcionamento mais eficiente do Centro e de seus dois Departamentos.

Dois anos depois é que foi baixado o Ato da Reitoria 262/74 em que nomeava uma comissão encarregada de estudar e propor a criação do CCE, integradas por: Mariano da Silva Neto, Juraci Mendes Soares, Maria Cristina de Oliveira e Maria Oliveira Lima, sob a presidência do primeiro. Tal comissão iniciou os trabalhos a partir de 16 de junho de 1974.

Fixando os seguintes objetivos para o processo de concepção do CCE: ampliar e aprofundar o conhecimento da legislação à nova estruturação da universidade e também experiências de outras universidades; analisar a situação da UFPI, principalmente do DE e elaborar uma proposta de desdobramento do DE que se ajustasse às normas legais e a realidade local.

Dessa forma é que, em 19 de março de 1975, o magnífico reitor, José Camillo da Silveira Filho, assinou a Resolução 10/75 que dispunha sobre a implantação do Centro de Ciências da Educação. A resolução extinguiu o DE e implantava o CCE, com os seguintes departamentos: Departamentos de Fundamentos da Educação (DEFE), Departamento de Métodos e Técnicas de Educação (DMTE) e Departamento de Artes Práticas (DAP). A administração do centro seria realizada através do conselho departamental, diretoria e departamentos. Cada departamento com chefe e subchefe. O pessoal técnico e administrativo do extinto DE foi





redistribuído de acordo com os interesses da administração do ensino.

As distribuições das disciplinas voltadas para as licenciaturas, oferecidas e atendidas pelo Centro, levando em consideração os dois principais Departamentos, ou seja, DEFE e DMTE foram realizadas da seguinte forma: o DEFE disponibilizou Sociologia Educacional, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação, Antropologia Educacional, Estatística Aplicada à Educação e Economia da Educação.

O DMTE ofereceu Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Estrutura e Funcionamento da Escola de 2º Grau, Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior, Princípios e Métodos de Administração Escolar, Princípios e Métodos de Supervisão Escolar, Medidas Educacionais, Princípios e Métodos de Inspeção Escolar, Currículos e Programas, Metodologia do Ensino de 1º Grau, Educação de Adultos, Legislação do Ensino, Prática de Ensino Na Escola de 1º Grau (Estágio), Planejamento da Educação e Pesquisa Educacional.

No início o CCE atendia o Curso de Formação Pedagógica das Licenciaturas de Conteúdo, por meio de dois tipos de Currículos: o Pleno e o de Curta Duração. O Currículo Pleno da Licenciatura de Conteúdos possuía em sua grade as seguintes disciplinas, com as suas respectivas cargas horárias: Estrutura e Funcionamento da Escola de 1º e 2º grau, com 45 horas; Didática I, com 45 horas; Introdução à Educação, com 45 horas; Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado das matérias que fossem objeto de habilitação profissional, com 60 horas.

Já o Currículo de Curta Duração da Licenciatura de Conteúdo tinha as seguintes disciplinas e cargas horárias: Didática, com 60 horas; Fundamentos Psicológicos da Aprendizagem e da Adolescência, com 60 horas; Introdução à Educação, com 60 horas; Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado, com 45 horas.





O Curso de Administração Escolar de Currículo Pleno era dividido em seis ciclos. O Ciclo Básico possuía as seguintes disciplinas e cargas horárias: Português, Matemática, Metodologia Científica e Língua Estrangeira, totalizando 240 horas. O Ciclo Comum tinha as seguintes disciplinas e cargas horárias: Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º Grau, com 45 horas; Didática, com 60 horas; Sociologia Geral, com 45 horas; Sociologia da Educação, com 45 horas; Antropologia Educacional, com 45 horas; Estatística – fundamentos, com 45 horas; Estatística Aplicada à Educação, com 45 horas; História da Educação I, com 45 horas; História da Educação II, com 45 horas; Filosofia da Educação I, com 45 horas e Filosofia da Educação II, com 45 horas.

O Ciclo Setorial – 1A possuía as seguintes disciplinas e cargas horárias: Legislação de Ensino de 1º Grau, com 60 horas; Currículos e Programas – Introdução, com 60 horas; Economia da Educação – Elementos, com 50 horas. O ciclo específico apresentava as seguintes disciplinas e cargas horárias: Estudo dos Problemas Brasileiros, com 30 horas; Administração da Escola de 1º Grau, com 60 horas; Princípios e Métodos de Administração Escolar de 1º Grau, com 60 horas; Estágio em Administração de 1º Grau, com 90 horas.

O Ciclo Setorial – B apresentava as seguintes disciplinas e cargas horárias: Planejamento da Educação I, com 60 horas; Planejamento da Educação II, com 60 horas; Evolução da Educação Brasileira, com 60 horas; Educação Comparada, com 60 horas; Pesquisa Educacional I, com 60 horas; Pesquisa Educacional II, com 60 horas; Psicologia Diferencial, com 60 horas; Introdução à Dinâmica de Grupo Aplicada à Educação, com 60 horas; Legislação de Ensino de 2º Grau, com 60 horas; Currículos e Programas, com 60 horas; Tendências da Filosofia da Educação Contemporânea, com 50 horas.

O Ciclo Específico era formado pelas seguintes disciplinas e cargas horárias: Estudo dos Problemas Brasileiros, com 30 horas; Inspeção da Escola de 2º Grau, com 60 horas; Princípios e Métodos





de Inspeção Escolar de 2º Grau, com 60 horas; Princípios e Métodos de Administração Escolar de 2º Grau, com 60 horas; Estágio em Administração, com 180 horas. Já o Curso de Administração Escolar de Currículo de Curta Duração era composto por quatro Ciclos, sendo eles: Ciclo Básico, Ciclo Comum, Ciclo Setorial – 1A e Ciclo Específico.

Com relação aos cursos de Supervisão Escolar e Inspeção Escolar, ambos apenas em Currículo de Curta Duração, eram formados pelos seguintes ciclos e disciplinas com suas respectivas cargas horárias: o Curso de Supervisão Escolar possuía o Ciclo Básico, o Ciclo Comum e o Ciclo Setorial – 2A, que tinha apenas a disciplina Currículos e Programas – Introdução, com 60 horas, Ciclo Específico com Metodologia do Ensino de 1º Grau – Comunicação – Expressão, com 90 horas, Metodologia do Ensino de 1º Grau – Ciências, com 120 horas, Metodologia do Ensino de 1º Grau – Estudos Sociais, com 90 horas, Princípios e Métodos de Supervisão Escolar, com 45 horas, Estudos dos Problemas Brasileiros, com 30 horas, Medidas Educacionais, com 60 horas, Estágio em Supervisão de 1º Grau, com 90 horas.

O Curso de Inspeção Escolar possuía o Ciclo Básico, o Ciclo Comum, o Ciclo Setorial 1A e o Ciclo Específico, que contava com as seguintes disciplinas e cargas horárias: Estudo dos Problemas Brasileiros, com 30 horas, Inspeção da Escola de 1º Grau, com 60 horas, Princípios e Métodos de Inspeção Escolar de 1º Grau, com 60 horas, Princípios e Métodos de Administração e Escolar de 1º Grau, com 60 horas, Administração da Escola de 1º Grau, com 60 horas, Estágio em Inspeção de 1º Grau, com 90 horas.

Naquele contexto de transição entre o processo de concepção do DE e a sua transformação em CCE, em trecho do próprio documento de criação do centro, chamava-se a atenção para a necessidade, do CCE empenhar-se no cumprimento dos Projetos do Plano Setorial do MEC, especialmente os de número 4 (que tratava do treinamento e aperfeiçoamento de professores para o ensino médio), 16 (abordando sobre integração-escola-empresa-governo),





18 (a respeito da integração das universidades nas comunidades) e 19 (com o incentivo à implantação das carreiras de curta duração).

Portanto, o CCE, daquele momento em diante, tinha como finalidade colaborar com o governo do Piauí no atendimento às necessidades de seu sistema educacional. Em 1988, o CCE foi transferido do SG4 para o prédio atual. E em 1991, foi criado o Curso de Mestrado em Educação, destacando-se como o primeiro da UFPI e do Piauí.

É fundamental sobressair-se às primeiras iniciativas do CCE para a criação do Curso de Mestrado em Educação, atualmente Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. Era um sonho da comunidade acadêmica e científica da universidade contar com o primeiro curso dessa natureza, no contexto do Piauí.

Como destaca Silva (2011), com o objetivo de viabilizar a implantação do referido curso, a então Diretora do CCE, Maria da Conceição Sousa de Carvalho, por meio da Portaria nº 09/90/CCE/UFPI, de 3 de setembro de 1990, constitui uma nova comissão sob a presidência de Luiz Pires de Freitas, Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação da UFPI, com o propósito de elaborar a minuta do Projeto do Curso de Mestrado em Educação, que deveria ser entregue no dia 25 de setembro de 1990 para discussão.

Os membros da comissão eram: Luiz Pires de Freitas (Presidente da Comissão), Isa Maria dos Santos, Luiz Botelho de Albuquerque, Francisco da Costa e Silva Sobrinho, Terezinha de Jesus Rios Nogueira, Luiz Gonzaga Pires, Waldília Neiva de Moura Santos Cordeiro, Francisca Cardoso da Silva Pires, Maria do Rosário de Fátima Carvalho e Ana Maria Pádua Oliveira. No dia 30 de outubro de 1991, foi realizada a solenidade de instalação do Curso de Mestrado em Educação da UFPI.

Abaixo segue o primeiro quadro informativo com todos os gestores, que já ocuparam a função de diretores do CCE, em 45 anos de sua existência efetiva na comunidade acadêmica piauiense.



**QUADRO 1 – Diretores(as) do CCE**

GESTORES	PERÍODO DE EXERCÍCIO
Mariano da Silva Neto	De 1975 a 1978 e de 1978 a 1983
Antonio Ferreira de Sousa Sobrinho	De 1983 a 1989
Maria da Conceição Sousa de Carvalho	De 1989 a 1993
Antonio Ferreira de Sousa Sobrinho	De 1993 a 1997
Eudócio Soares Lima Verde	De 1997 a 2005
João Bechmans de Carvalho Sobrinho	De 2005 a 2009
José Augusto Mendes Sobrinho	De 2009 a 2016
Ana Beatriz de Sousa Gomes	De 2016 a 2017 (dezembro de 2016 a março de 2017).
Luís Carlos Sales	A partir de 16 de março 2017 (mandato 4 anos).

Fonte: Acervo da Direção do CCE (2020).

Atualmente, no Centro de Ciências da Educação funcionam os seguintes cursos: Bacharelados em Comunicação Social (Jornalismo) e Moda (Design e Estilismo) e as Licenciaturas em Pedagogia (Magistério), Educação do Campo, Artes Visuais e Música.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a criação da Universidade Federal do Piauí em 1968, por meio da Lei nº 5.528/68, sua instalação oficial no dia 1º de março de 1971, a concepção do Departamento de Educação, por meio da Resolução 16/71 de 05 de outubro de 1971 e a transição para o Centro de Ciências da Educação, através da Resolução 10/75 de 19 de março 1975, significaram o coroamento de imensa batalha desenvolvida pelos segmentos sociais, estudantis e políticos existentes no Piauí para a construção da educação superior. Assim, a instituição é uma das principais fomentadoras da promoção de formação universitária para a população piauiense e com seu trabalho acadêmico assegura o avanço científico e social do estado há 49 anos.





Logo, o Departamento de Educação, e posteriormente o CCE, deram suas parcelas de contribuição para a consolidação da Universidade Federal do Piauí, prestando considerável colaboração para o incremento positivo da educação superior desenvolvida no estado durante 48 anos por meio do fomento e concretização da implantação das questões que envolviam a formação docente nos Cursos de Licenciaturas Pedagógicas de Curta e Longa Duração até os Cursos de Graduação atuais.

Assim, a história e memória da UFPI, do Departamento de Educação, do Centro de Ciências da Educação se entrecruzam. Logo, o resgate, preservação e discussão dessas questões que envolvem esses importantes *loci* da formação docente no Piauí, merecem destaque e visibilidade na conjuntura da História da Educação Brasileira.

## REFERÊNCIAS

MENDES, Iweltman. **História da Educação Piauiense**. Sobral, CE: Egus, 2012.

PASSOS, Guiomar de Oliveira. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense**. 302 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, 2003.

SILVA, Samara Maria Viana da. **Um olhar sobre si: história e memória da pós-graduação *stricto sensu* em educação na UFPI**. /Samara Maria Viana da Silva. Teresina: UFPI, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Atas das primeiras reuniões preparatórias para estruturação do Departamento de Educação da Universidade Federal do Piauí**. Arquivo do CCE/UFPI, 1972. [manuscrito].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Proposta da Criação do Centro de Ciências da Educação**. Arquivo do CCE/UFPI, 1972. [mimeografado].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução 16/71**. Cria o Departamento de Educação na Universidade Federal do Piauí. Teresina (PI): UFPI, 1971.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução 10/75.** Dispõe sobre a implantação do Centro de Ciências da Educação e dá outras providências. Teresina (PI): UFPI, 1975.

Artigo recebido em: 15 de maio de 2020

Aceito para publicação em: 20 de junho de 2020

